

# Em nome dos partidos, Ulysses vai a Brossard contra LSN

Líderes partidários no Congresso constituinte reunidos condenam também o substitutivo do Planalto e a proposta de recesso

Das Sucursais

O presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), esteve ontem com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, para, em nome dos partidos representados no Congresso constituinte (que Ulysses também preside), pedir que o governo não use a Lei de Segurança Nacional contra os agressores do presidente Sarney. "Se uma lei tiver que ser usada, deveria ser o Código Penal", disse o deputado. Ulysses, que no sábado passado havia considerado legítimo o uso da LSN, foi até Brossard depois de uma reunião de uma hora com os líderes dos partidos do Congresso constituinte, onde estes se pronunciaram contra o uso da LSN.

Brossard, disse a Ulysses que a Justiça Militar é que decidirá se a Lei de Segurança Nacional será aplicada para punir o bioquímico Danilo Groff e o professor Mauricio Peres Pencak, acusados de participarem das agressões ao presidente José Sarney, no último dia 25 de junho, no Rio.

O procurador-geral da Justiça Militar, Eduardo Pires Gonçalves, nomeou ontem mesmo o promotor militar que decidirá qual lei será usada para processar os acusados, Newton Rangel Coutinho. "O Executivo não decide tais atos, porque eles cabem ao Judiciário", afirmou o ministro. O ministro disse que Pencak foi ouvido ontem pela PF. Também afirmou que hoje outro acusado será ouvido, sem apontar qual o seu nome. Brossard disse que o deputado Gustavo Faria (PMDB-RJ) lhe contou que o instrumento utilizado para quebrar o vidro da janela em que Sarney viajava no ônibus deprezado "podia mesmo destruir um vidro a prova de balas", e informou que a pericia do ônibus está concluída.

Líderes

Os líderes partidários reunidos com Ulysses além de condenarem a aplicação da LSN contra os envolvidos nas agressões a Sarney, definiram-se contra a proposta, defendida por parlamentares ligados ao Planalto, de apresentar um substitutivo ao anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização. Ao sair da reunião Ulysses disse: "Vou ter um entendimento com o ministro Paulo Brossard no sentido de que os lamentáveis acontecimentos envolvendo o presidente da República sejam encaminhados à Justiça comum".

Estiveram reunidos com Ulysses os líderes José Lourenço (PFL-BA), Luiz Henrique (PMDB-SC), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Mário Covas (PMDB-SP), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Roberto Freire (PCB-PE) e Jamil Hadad (PSB-RJ), além de outros dez parlamentares, entre eles Bernardo Cabral. Por



Ulysses dá entrevista comunicando os resultados da reunião dos líderes partidários no Congresso constituinte

## Cabral mantém projeto de Távola sobre rádio e TV

Da Sucursal de Brasília

Dentre as mais de duas mil emendas apresentadas ao anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, muitas questionam a criação de um Conselho Nacional de Comunicação para fiscalizar as concessões de rádio e TV. Por alterarem o conteúdo dos artigos do relatório, serão indeferidas pelo senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização.

Pelo anteprojeto de Cabral, o Poder Executivo continua sendo responsável pela concessão de canais de rádio e TV, mas o Congresso Nacional deve referendar a decisão após ouvir o Conselho de Comunicação. A composição e competência do Conselho Nacional de Comunicação, entretanto, não são definidas no artigo nº 407 do esboço na nova Constituição. Lei ordinária regulamentará a criação do Conselho.

Esta proposta constava originalmente do relatório da Comissão da

Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, elaborado pelo deputado Artur da Távola (PMDB-RJ). Como os integrantes desta Comissão rejeitaram o texto do relator, a Comissão de Sistematização pode, pelo regimento do Congresso constituinte, elaborar um novo texto.

A reunião dos líderes partidários cancelou a permissão de se apresentarem emendas de mérito que vigorava até ontem.

decisão unânime dos líderes partidários, Ulysses rejeitou a apresentação de qualquer substitutivo do anteprojeto de Bernardo Cabral.

"Se forem enviados trabalhos, a Constituinte é soberana e independente para tomar uma decisão", declarou Ulysses. Ironizando a disposição do ministro Paulo Brossard e do consultor-geral da República, Saulo Ramos, o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, sugeriu que eles recolham trinta mil assinaturas (regra para apresentação de emendas populares) para encaminhar emendas à Comissão de Sistematização.

Mário Covas criticou as declarações de Sant'Anna que pretendia alterar o regimento da Comissão de Sistematização e abrir uma brecha para apresentar um substitutivo. Depois de um impasse na Comissão

de Sistematização que se estendia desde a última segunda-feira, Ulysses proibiu a apresentação de emendas de mérito (que alteram o conteúdo) ao anteprojeto. No final da tarde de ontem, Ulysses encaminhou um ofício ao senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, reconsiderando a autorização da última segunda-feira, que permitia emendas de mérito ao relatório da Comissão da Família.

Os líderes também condenaram a sugestão do senador José Richa (PMDB-PR) de suspender os trabalhos do Congresso constituinte para um amplo entendimento partidário. "Somos favoráveis à aceleração dos trabalhos", afirmou Ulysses, acrescentando que 80% dos debates do Congresso constituinte são sobre a "crise" que o país enfrenta. Mesmo

ao lado de Richa, Mário Covas também condenou a proposta do senador: "Não vejo necessidade de interromper os trabalhos". O vice-líder do PT, no exercício da liderança, deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), disse que "quem está com vontade de ter férias, que tire licença".

CUT

O presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, afirmou em Porto Alegre (RS), que no dia 6 pretende avistar-se com o presidente José Sarney, para pedir a que não use a LSN contra Pencak (da CUT-Rio) e Groff (ligado a Brizola). Segundo Meneguelli, "não existe orientação da CUT para apedrejar, mas não lhe cabe julgar a ação dos trabalhadores, pois se sabe que existe revolta e desesperança no país".

## Planalto apresenta sua versão do anteprojeto

Da Sucursal de Brasília

O Palácio do Planalto, por intermédio do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), centro-esquerda, desconsiderou a decisão dos líderes dos partidos no Congresso constituinte e apresentou, a seu modo, um substitutivo ao anteprojeto de relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. O substitutivo entra no mérito dos artigos do anteprojeto de Cabral.

Ao saber da decisão dos líderes —que resolveram votar pela rejeição de emendas que entrassem no mérito e não procurassem apenas adequar artigos do anteprojeto de Cabral— Carlos Sant'Anna comentou: "Vou apresentar tudo. Se as emendas não forem acatadas, isso é discussão para depois, no plenário da Comissão". A seguir, Sant'Anna informou ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, como procederia.

Todas as emendas do governo, assumidas pelo grupo "Centro Democrático", que congrega os "con-

servadores" do PMDB, foram coordenadas por Carlos Sant'Anna. Quando o assunto era duvidoso, ele pedia às suas secretárias que ligassem para o consultor-geral da República, Saulo Ramos, com quem o debatia. Se necessário, fazia as correções na hora. Sant'Anna contou com uma equipe de oito assessores, que permaneceram todo o dia e metade da noite de ontem fazendo consultas e datilografando emendas.

"Convidado"

Sempre que completava um bloco, Sant'Anna telefonava para algum parlamentar do "Centro Democrático" para que viesse assinar a emenda que, para efeitos técnicos, passaria a ser daquele "convidado". O deputado Alarico Abib (PMDB-PR), centro-direita, ao entrar no gabinete de Sant'Anna e ser abordado pela Folha, disse: "Não vim trazer nenhuma emenda. Vim assinar algumas que estão com o Sant'Anna. Ele acabou de telefonar para o meu gabinete e avisar que as minhas estavam prontas".

Com essa estratégia, nenhum par-

lamentar do "Centro Democrático" teve que enfrentar as longas filas formadas em frente ao guichê da Comissão de Sistematização para entrega de emendas. Sant'Anna deslocou três "boys" de seu gabinete para o serviço de entrega de emendas. Dois deles ficavam na fila, enquanto o terceiro ia e vinha trazendo mais pacotes de emendas já assinadas.

Apesar do entra-e-sai de parlamentares do gabinete de Sant'Anna, o dia de ontem não registrou o tumulto que ocorre ali todos os dias. As secretárias foram orientadas a dizer sempre que o líder do governo não estava. Os parlamentares que apareciam conversavam antes com o próprio Sant'Anna. Eles entravam por uma porta exclusiva, sem o crivo de nenhum funcionário.

### DIVERGÊNCIAS ENTRE O RELATOR E O PLANALTO

Assunto	Anteprojeto de Cabral	Palácio do Planalto
<b>Sistema de Governo</b>	Parlamentarismo com o primeiro-ministro forte, tornando a figura do presidente da República quase decorativa, embora eleito por voto direto e secreto	"Neopresidencialismo" em que o primeiro-ministro será apenas um auxiliar, chefiando o Conselho de Ministros
<b>Estabilidade no emprego</b>	Prevista a estabilidade após noventa dias de trabalho; demissão por justa causa tem de ser provada judicialmente	O estágio da economia ainda não permite a estabilidade. Corre-se o risco de demissões em massa antes de ser promulgada a nova Constituição
<b>Reforma agrária</b>	Conceito vago de reforma agrária, proibindo a desapropriação em área que, no futuro, poderá ser aproveitada	O Palácio do Planalto considera que o anteprojeto está aquém do Estatuto da Terra e que tornaria inviável a reforma agrária. Defende a adoção de propostas mais "avançadas" sobre o assunto
<b>Anistia</b>	O anteprojeto prevê a reintegração dos militares cassados desde 1946 em postos equivalentes aos que estariam ocupando hoje se não tivessem sido afastados	O Palácio do Planalto considera que os militares já foram anistoados. Somente não foram reconduzidos às suas funções. Sarney e ministros militares são contra a reintegração
<b>Encargos da União</b>	Aumenta os encargos da União com relação aos setores de educação, saúde, transporte, desenvolvimento regional e social, funcionalismo público, seguridade social, investimento agrícola e urbano	Pelas contas do Planalto, o orçamento total da União ficou comprometido com os encargos, em cerca de 145%. Ou seja, 45% a mais que o orçamento global previsto plurianualmente
<b>Novos Estados</b>	São criados cinco novos Estados; os atuais territórios de Roraima e Amapá são transformados em Estados	Contra. A criação de novos Estados vai gerar encargos excessivos à União
<b>Tamanho do anteprojeto</b>	501 artigos	O Planalto quer que o projeto de Constituição seja conciso, com no máximo duzentos artigos